

# *Concurso Nacional* Collor pede política 'moderna'

O presidente Fernando Collor, em sua Mensagem Anual, lida na reabertura dos trabalhos do Congresso pelo 1º secretário da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, afirmou que precisa da colaboração permanente dos parlamentares, mas que é necessária e urgente a modernização do modo de fazer política, para que os interesses maiores transcedam "o paroquialismo, o imediatismo, o fisiologismo". No plano econômico, o presidente ressaltou como a conquista mais importante, em 1991, "o restabelecimento da tranquilidade do mercado", com a "abolição definitiva do vício das constantes alterações das normas econômicas". Ele afirma que nessa área "nada acontece por mágica" e que "acabar com a inflação requer disciplina e sacrifício".

O plenário, quase repleto de parlamentares, integrantes do corpo diplomático estrangeiro, ministros dos tribunais superiores, ministros de Estado e outras altas autoridades, ouviu em silêncio. Barulho só havia do lado de fora. Convocados por seu sindicato, cerca de duas centenas de servidores do próprio Congresso se concentraram no corredor de passagem dos deputados e ficaram reclamando o imediato pagamento da diferença da URP de 1987.

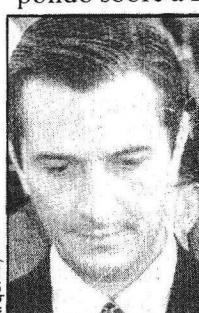
No volume de 261 páginas, levado ao Congresso pelo secretário-geral da Presidência da República, Marcos Coimbra, o presidente Collor anuncia que, apesar de esperar um PIB (Produto Interno Bruto) inalterado em 1992, aguarda que ele cresça em torno de 3% em 1993 e de 5% ao ano dali em diante.

No setor de energia nuclear, diz a mensagem, o governo pretende "avançar significativamente na consolidação do Programa Nuclear Brasileiro, em estrita obediência às disposições constitucionais e às diretrizes governamentais". Será enviado ao Congresso projeto de lei dispondo sobre a Política Nacional de Energia Nuclear.

O governo informa ainda que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) pretende aplicar recursos de Cr\$ 1.021 trilhão na indústria de transformação e Cr\$ 954,6 bilhões na área de serviços. Também este ano, a Caixa Econômica Federal deverá concluir o processo de centralização das contas ativas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A programação para o setor petróleo estima a aplicação de US\$ 2,9 bilhões, sendo US\$ 1,1 bilhão na exploração e desenvolvimento da produção. No setor petroquímico, serão investidos US\$ 50 milhões nos pólos do Nordeste e do Rio de Janeiro. No setor de energia elétrica, estão previstos investimentos de US\$ 2 bilhões. No Ministério da Agricultura, as ações previstas incluem o assentamento de 50 mil famílias e a regularização fundiária de 2,4 milhões de hectares.

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), abriu a sessão solene dizendo que o ânimo dos congressistas é o de somar esforços para vencer o quadro adverso que desafia o Brasil. Ele não deixou de lembrar, entretanto, que no segundo semestre as atividades parlamentares poderão ser prejudicadas pela campanha das eleições municipais. Benevides disse que procurará acelerar a tramitação dos projetos até 30 de junho, porque depois do regresso de meados do ano haverá "maior deslocamento dos congressistas aos respectivos Estados".



Collor

1.021 trilhão na indústria de transformação e Cr\$ 954,6 bilhões na área de serviços. Também este ano, a Caixa Econômica Federal deverá concluir o processo de centralização das contas ativas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A programação para o setor petróleo estima a aplicação de US\$ 2,9 bilhões, sendo US\$ 1,1 bilhão na exploração e desenvolvimento da produção. No setor petroquímico, serão investidos US\$ 50 milhões nos pólos do Nordeste e do Rio de Janeiro. No setor de energia elétrica, estão previstos investimentos de US\$ 2 bilhões. No Ministério da Agricultura, as ações previstas incluem o assentamento de 50 mil famílias e a regularização fundiária de 2,4 milhões de hectares.

O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), abriu a sessão solene dizendo que o ânimo dos congressistas é o de somar esforços para vencer o quadro adverso que desafia o Brasil. Ele não deixou de lembrar, entretanto, que no segundo semestre as atividades parlamentares poderão ser prejudicadas pela campanha das eleições municipais. Benevides disse que procurará acelerar a tramitação dos projetos até 30 de junho, porque depois do regresso de meados do ano haverá "maior deslocamento dos congressistas aos respectivos Estados".